

Bloco apresenta plano financeiro para sair da recessÃ£o

04-Oct-2010

```
// browser detection
function getFlashMovieObject(movieName)
{
if (window.document[movieName])
{
return window.document[movieName];
}
if (navigator.appName.indexOf("Microsoft Internet")==-1)
{
```

```

if (document.embeds && document.embeds[movieName])
return document.embeds[movieName];
}
else // if (navigator.appName.indexOf("Microsoft Internet")!=-1)
{
return document.getElementById(movieName);
}
}
if (document.getElementById) {
//Adiciona as variáveis ao player de publicidade e URL do link da mesma
function delay_addAd(flv, urlclick, urlconfirm) {
var flashMovie=getFlashMovieObject("playerSIC");
if(typeof(grp50) !== 'undefined' && grp50 != null)
{
//alert ("grp50 exist!");
flashMovie.addPUBGRP(flv, urlclick, urlconfirm, grp50);
}
else
{
//alert ("grp50 doesn't exist!");
flashMovie.addPUB(flv, urlclick, urlconfirm);
}
}
function addAd(_flv, _urlclick, _urlconfirm)
{
setTimeout('delay_addAd(\''+_flv+\'\',\''+_urlclick+\'\',\''+_urlconfirm+\'\'',1500);
}
}

```

Francisco Louçã adverte que as contas do governo estão "marteladas" para ocultar o escândalo do BPN, e que Portugal pode entrar numa situação semelhante à da Irlanda.

À

Em conferência de imprensa este domingo, Francisco Louçã apresentou as linhas gerais da alternativa detalhada que o Bloco apresentará nas suas jornadas parlamentares a realizar em 18 e 19 de Outubro, imediatamente nos dias seguintes à apresentação da proposta de OE 2011 do governo.

O seguinte quadro resume os objectivos da proposta do Bloco:

Os principais desse plano financeiro para sair da recessão são os seguintes:

Na redução da despesa:

- eliminação dos benefícios fiscais aos PPR, em IRC e IRS, 100M

- eliminaÃ§Ã£o dos benefÃcios fiscais aos seguros de saÃde, quando se trate de actos mÃdicos assegurados pelo SNS, 100 milhÃes

- alteraÃ§Ã£o do artigo 92 do IRC, impondo um mÃnimo de 90% para o pagamento do imposto, considerando os benefÃcios fiscais e anulando taxas especiais e libertatÃrias, 1000 milhÃes

- escolha pelo doente da embalagem do medicamento, 200 milhÃes para as famÃlias e 80 para o Estado

- corte nas consultorias jurÃdicas e outra assistÃncia, 670 milhÃes aplicaÃ§Ã£o do princÃpio do englobamento dos rendimentos, para equidade fiscal, 500 milhÃescorte em institutos, empresas municipais e outras, 700 milhÃes

No aumento da receita:

- Taxa sobre as mais valias a SCR, SGPS etc, 200 milhÃes

- Taxa sobre transferÃncias para offshores, 750 milhÃes

- Pagamento pela PT de impostos sobre a mais valia da operaÃÃo Brasil, 1000 milhÃes

O coordenador do bloco de Esquerda mostrou as grandes diferenÃas que hÃi entre a alternativa do Bloco e a proposta do governo:

O do Governo Ã recessivo: reduz rendimentos e despesas sociais, e portanto atinge imediatamente a procura interna. A economia portuguesa

estar pior depois destas medidas.

O do Bloco promove uma resposta recessiva, porque estimula o investimento ao mesmo tempo que responde à crise orçamental com medidas que protegem o salário, a procura interna e a actividade económica.

Contas do governo estão marteladas e ocultam o escândalo do BPN

Francisco Louçã advertiu ainda que Portugal poderá enfrentar uma segunda crise em 2011, considerando que as contas do governo estão marteladas e ocultam o escândalo financeiro do BPN.

Assim, as contas nacionais no próximo ano têm uma gravíssima incógnita e podem enfrentar um problema semelhante ao da Irlanda, que viu o seu défice aumentar de 10 para 32 por cento por ter sido forçada a considerar nas contas nacionais o impacto de uma nacionalização de um banco falido.

Portugal não está livre do mesmo perigo, advertiu Louçã. A maior fraude bancária em Portugal foi a do BPN e depois a sua nacionalização produziu um prejuízo de 4500 milhões de euros. Se for vendido será por 200 milhões de euros, faltam 4300 milhões de euros, que são aproximadamente o total do montante que foi obtido com estas medidas dramáticas de aumento de impostos e de redução dos salários, referiu o líder bloquista.

Se as contas estão marteladas e ocultam um dos principais problemas, prosseguiu, não vale a pena fechar os olhos ao facto de que, baixando salários, aumentando impostos, cortando na saúde, o governo pretende conseguir cerca de 5500 milhões de euros e o buraco do BPN é quase tanto como isso, sustentou, acrescentando que 95 por cento deste buraco vai ser pago pelos contribuintes.

Para o deputado do Bloco, o país tem andado de irresponsabilidade financeira em irresponsabilidade financeira e os portugueses perguntar-se-ão porque é que têm de pagar tanto dislate a partir da redução dos seus salários.

